

**HABEAS CORPUS Nº 477.042 - SP (2018/0289533-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : VALDECI FRANCISCO COSTA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : JEFERSON WILSON MOURA BRAGA (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PENAL. PEDIDO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DO ACÓRDÃO PROFERIDO NA APELAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR PARA APRECIÁ-LO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. LAPSO TEMPORAL OCORRENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE ESTATAL. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de JEFERSON WILSON MOURA BRAGA, apontando como autoridade coatora a Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos da Apelação Criminal n.º 0004295-26.2005.8.26.0028.

Depreende-se, das informações prestadas pelas instâncias ordinárias, que o Paciente, juntamente com outros Corréus, em 30/11/2011, foram condenados "*como incursos nas penas dos artigos 148, § 2º, 352, 354, todos do Código Penal, bem como no crime previsto no artigo 14 da Lei 10.826/03*" (fl. 30).

O Paciente, "*regularmente intimado da sentença, firmou o termo de renúncia de recurso de fls. 1850, transitando em julgado a sentença para ele*" (fl. 31).

Todavia, os Corréus interpuseram apelação criminal perante a Corte estadual, que deu parcial provimento ao recurso para, "*com base no artigo 109, inciso VI, 110, § 1º, e 119, todos do Código Penal, reconhecer a prescrição em relação aos crimes dos artigos 352 e 354 do Código Penal e, em consequência, julgar extinta a punibilidade, nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal, em relação a esses crimes*" (fl. 80).

Neste *writ*, o Impetrante pleiteia, em suma, a extensão dos efeitos do acórdão proferido na Apelação Criminal n.º 0004295-26.2005.8.26.0028, a fim de que

seja reconhecida a prescrição da pretensão punitiva dos crimes previstos nos arts. **352 e 354, ambos do Código Penal**, também em relação ao ora Paciente.

O Impetrante não formulou pedido liminar.

As informações foram prestadas às fls. 27-111 e 113-187.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 189-191, opinando *"pela concessão da ordem para que sejam estendidos os efeitos do arresto exarado na Apelação Criminal nº 0004295- 26.2005.8.26.0028, quanto à prescrição da pretensão punitiva"*.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que esta Corte não tem competência para apreciar pedido de extensão dos efeitos do acórdão proferido na Apelação Criminal n.º 0004295-26.2005.8.26.0028, reconhecendo a prescrição em relação aos crimes previstos nos arts. 352 e 354 do Código Penal.

No entanto, segundo o entendimento desta Corte Superior, *"[a] extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal constitui matéria de ordem pública, que pode ser conhecida de ofício, em qualquer grau de jurisdição, nos termos do artigo 61 do Código de Processo Penal"* (AgRg no AREsp 578.929/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 22/02/2016; sem grifos no original). Desse modo, deve-se analisar o objeto da presente impetração.

O Tribunal de origem, ao extinguir a punibilidade dos Corréus, quanto à imputação dos crimes previstos nos art. 352 e 354 do Código Penal, valeu-se dos seguintes fundamentos (fl. 83):

*"[...] II - Dispõe o artigo 110, § 1º, do Código Penal que a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença para a acusação, regula-se pela pena em concreto.*

*Na hipótese em exame, a denúncia foi recebida em 6 de maio de 2005 e a sentença condenatória proferida e publicada aos 30 de novembro de 2011 (fls. 1657) fixou penas inferiores a 1 ano de detenção para os crimes previstos nos artigos 352 e 354 do Código Penal. Assim e porque não foi interposto recurso pela acusação (para quem a sentença já transitou em julgado fls. 198), o prazo prescricional de 03 anos (artigo 109, inciso VI, 110, § 1º e 119, todos do Código Penal), expirou-se.*

*Em face da prescrição da pretensão punitiva (intercorrente) ter incidido na hipótese sub examine, torna-se imperativo extinguir a punibilidade relativa aos crimes de motim e evasão de estabelecimento prisional, conforme disposto no artigo 107, inciso IV, do Código Penal. [...]".*

No caso, o Paciente foi condenado pela prática dos **crimes previstos nos arts. 352** (evasão mediante violência contra a pessoa) e **354** (motim de presos), ambos do Código Penal, respectivamente, às penas de **05 (cinco) meses e 07 (sete) dias de detenção e 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de detenção** (fl. 151).

Nos termos do art. 110, § 1.º, do Código Penal, o prazo prescricional, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a Acusação, regula-se pela pena aplicada.

Assim, no caso em apreço, observada a pena concretamente aplicada, o prazo prescricional é de **03 (três) anos**, nos termos do disposto no art. 109, inciso VI, do Código Penal.

Considerando que **a denúncia foi recebida em 06/05/2005 e a sentença condenatória foi publicada em 30/11/2011** (fl. 171), verifica-se a ocorrência da extinção da punibilidade estatal pela prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa, pois transcorridos mais de 03 (três) anos entre os referidos marcos interruptivos.

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** do *habeas corpus*. Todavia, **CONCEDO** a ordem, de ofício, a fim de declarar a extinção da punibilidade estatal quanto aos crimes previstos nos arts. 352 e 354, ambos do Código Penal, imputados ao Paciente, pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 107, inciso IV, c.c. os arts. 109, inciso VI, e 110, § 1.º, todos do Código Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora